

# SEGURANÇA INDUSTRIAL E DO TRABALHO NO CONTEXTO INTERNACIONAL: “SEVESO” E “PIC”

Simões, R.F.<sup>1,2</sup>; Pinto, A.<sup>1,3</sup>; Dias, J.Q.<sup>1,3</sup>

- 1 Departamento de Engenharia Mecânica, ISEL, Lisboa, Portugal
- 2 Gabinete de Emergências e Riscos Ambientais, APA, Lisboa, Portugal
- 3 Unidade de Engenharia e Tecnologia Naval, IST, Lisboa, Portugal

As preocupações, ao nível da segurança industrial, com os efeitos em Estados terceiros, tanto na saúde humana (trabalhadores e populações) como no ambiente, encontram-se vertidas, ao mais alto nível, em instrumentos multilaterais internacionais da Organização das Nações Unidas.

Constituem exemplos paradigmáticos desta acção internacional concertada a Convenção ETAI - Efeitos Transfronteiriços de Acidentes Industriais Graves - da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas e a Convenção PIC - Procedimento de Prévia Informação e Consentimento - da Organização das Nações Unidas.

Em ambos os casos a Comunidade Europeia tem sido precursora: se por um lado a Convenção ETAI radica como matriz inspiradora e referencial na Directiva Seveso, por outro os industriais comunitários encontravam-se já obrigados ao disposto na Convenção PIC antes da sua entrada em vigor, indo-se mesmo mais longe nas obrigações impostas aos agentes económicos.

Efectua-se nesta comunicação uma introdução aos instrumentos internacionais em apreço.

Refere-se a legislação comunitária pertinente – Directiva 96/82/CE e Regulamento (CE) 304/2003 – seus pressupostos, objectivos e metodologias.

Com referência à regulamentação nacional de transposição – Decreto-Lei nº 254/2007 e Decreto-Lei nº 112/2007 – explicitam-se as obrigações (tanto de análise técnica como de gestão da segurança) que incumbem aos operadores envolvidos no fabrico, armazenagem e exportação, designadamente, no caso Seveso, Relatório de Segurança, Sistema de Gestão da Segurança, Plano de Emergência (interno e externo), Comunicação de Acidentes Graves e, no caso PIC, Notificação de Exportação, Consentimento Expresso.

## Publicado em:

*Actas do II Encontro Nacional de Riscos, Segurança e Fiabilidade - Riscos Públicos e Industriais, Secção Portuguesa da Associação Europeia de Segurança e Fiabilidade (ESRA), Lisboa, 13-15 de Novembro de 2007, volume 2, pp.86-882.*